

Companhia
Energética
Sinop S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de setembro de 2017**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações dos valores adicionados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Companhia Energética Sinop S.A.
Sinop - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A informação contábil intermediária relativa à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 30 de outubro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6

Companhia Energética Sinop S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.577	25.612	Fornecedores	10	106.239	49.039
Aplicações financeiras	4	237.903	239.623	Tributos e contribuições a recolher	11	3.656	7.280
Adiantamentos	5	271	232	Obrigações trabalhistas	12	2.858	1.683
Tributos e contribuições a compensar	6	9.119	4.881	Uso do bem público	9	2.330	-
Despesa antecipadas		46	26	Financiamento BNDES	13	19.992	-
		258.916	270.374			135.075	58.002
Não circulante				Não circulante			
Ativo fiscal diferido	7	8.426	6.436	Uso do bem público	9	22.602	21.191
Imobilizado	8	2.041.058	1.398.958	Financiamento BNDES	13	804.984	740.149
Intangível	9	25.364	21.700			827.586	761.340
		2.074.848	1.427.094				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15	1.390.200	565.000
				Prejuízos acumulados		(19.097)	(14.874)
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	15	-	328.000
						1.371.103	878.126
Total do ativo		2.333.764	1.697.468	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.333.764	1.697.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
		30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Despesas operacionais					
Pessoal, encargos e benefícios	16	(1.957)	(1.560)	(5.699)	(4.641)
Serviços de terceiros	17	(1.415)	(544)	(3.425)	(1.693)
Arrendamentos e aluguéis		(95)	(90)	(276)	(320)
Passagens e hospedagens		(197)	(234)	(544)	(591)
Materiais		(50)	(40)	(169)	(231)
Depreciações e amortizações	8 e 9	(115)	(93)	(310)	(267)
Outros		(240)	(122)	(1.007)	(269)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(4.069)	(2.683)	(11.430)	(8.012)
Resultado financeiro	18	3.007	911	5.861	1.565
Receitas financeiras		(114)	(421)	(354)	(550)
Despesas financeiras					
Resultado financeiro		2.893	490	5.507	1.015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.176)	(2.193)	(5.923)	(6.997)
Contribuição social diferida	7	106	196	434	623
Imposto de renda diferido	7	287	549	1.266	1.748
Resultado do período		(783)	(1.448)	(4.223)	(4.626)
Resultado por ação (básico) - Em Reais		(0,00060)	(0,00256)	(0,00379)	(0,01010)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Resultado do período	(783)	(1.448)	(4.223)	(4.626)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	(783)	(1.448)	(4.223)	(4.626)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015		372.637	(7.733)	150.000	514.904
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	307.703	307.703
Integralização de capital social por AFAC		192.363	-	(192.363)	-
Resultado do período		-	(4.626)	-	(4.626)
Saldo em 30 de setembro de 2016		565.000	(12.359)	265.340	817.981
Saldo em 31 de dezembro de 2016		565.000	(14.874)	328.000	878.126
Integralização de capital social em moeda corrente	15	497.200	-	-	497.200
Integralização de capital social por AFAC	15	328.000	-	(328.000)	-
Resultado do período		-	(4.223)	-	(4.223)
Saldo em 30 de setembro de 2017		1.390.200	(19.097)	-	1.371.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Período de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período antes dos impostos	(5.923)	(6.996)
Receita financeira	(13)	(112)
Provisões	368	102
Depreciação e amortização	310	268
Resultado ajustado	(5.258)	(6.738)
Variação no ativo		
Aplicações financeiras	1.720	(67.210)
Adiantamentos	(39)	(19)
Despesas antecipadas	(20)	(23)
Tributos e contribuições a compensar	(4.515)	(592)
	(2.854)	(67.844)
Variação no passivo		
Fornecedores	(11.588)	(54.515)
Tributos e contribuições a recolher	(3.624)	(739)
Obrigações trabalhistas	84	171
	(15.128)	(55.083)
Juros pagos na liquidação da dívida com as debêntures	-	(72.777)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(23.240)	(202.442)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	(533.718)	(291.533)
Adição de intangível	(91)	(215)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(533.809)	(291.748)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação financiamento com o BNDES	45.814	500.000
Integralização de capital social	497.200	-
Liquidação da dívida com as debêntures (principal)	-	(300.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	307.703
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	543.014	507.703
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(14.035)	13.513
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	25.612	41
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	11.577	13.554
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(14.035)	13.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Período de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016
1 - Receitas	-	-
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.986)	(2.739)
	(4.986)	(2.739)
3 - Valor adicionado bruto	(4.986)	(2.739)
4 - Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(310)	(267)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(5.296)	(3.006)
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.861	1.565
	5.861	1.565
7 - Valor adicionado total a distribuir	565	(1.441)
8 - Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	4.558	3.555
Benefícios	880	832
FGTS	261	254
	5.699	4.641
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(1.641)	(2.365)
Estaduais	94	33
Municipais	6	6
	(1.541)	(2.326)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	354	550
Aluguéis	276	320
	630	870
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	(4.223)	(4.626)
	(4.223)	(4.626)
Valor adicionado total	565	(1.441)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, constituída em 28 de outubro de 2013. A Companhia é controlada por meio do Acordo de Acionista ("Acordo"), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 15), conforme disposto no art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia, constituída com Propósito Específico, tem como objeto social único e exclusivo a construção, a implantação, a operação, a manutenção e a comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (UHE Sinop ou Usina ou Empreendimento), sendo-lhe vedada participar do capital de qualquer outra sociedade. Portanto, a Companhia não possui sociedades controladas. A sede da Companhia está localizada na cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Setor Comercial, Av. das Sibipirunas, nº 3.662 - esquina com a Rua das Castanheiras.

A partir de 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, passando a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. a fazer parte da composição acionária da Companhia. O controle é exercido de forma compartilhada.

A Sinop Energia, bem como os respectivos acionistas, observa as normas específicas estabelecidas pela agência reguladora e pelo Poder Concedente para empresas do setor elétrico. A concessão da Sinop Energia para operação da usina e para a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da Aneel, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia (MME), para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custos de construção, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da UHE Sinop. A Companhia possui capital autorizado de R\$ 1.457.144.937,00 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, cento e quarenta e quatro mil novecentos e trinta e sete reais) — Nota Explicativa nº 15 —, e as subscrições e as integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração. Aspectos relacionados à liquidez da Companhia estão divulgados na Nota Explicativa nº 20.

Coube ao Governo Federal regular a exploração, pela Companhia, do potencial de energia hidráulica no Rio Teles Pires, município de Sinop, Estado de Mato Grosso, denominada UHE Sinop, com potência instalada mínima de 400 MW (*). A garantia física de energia da UHE Sinop para o exercício em que as unidades geradoras forem instaladas é de 239,8 MW (*) médios.

(*) Informações não examinadas/revisadas pelos auditores independentes.

Com o objetivo de potencializar as ações positivas, evitar, mitigar ou compensar aquelas de natureza negativa que possam ser provocadas pelas intervenções necessárias para implantar o Empreendimento e, posteriormente, para operá-lo, a Companhia assumiu os compromissos contidos no Projeto Básico Ambiental (PBA). Este documento é composto por 41 pacotes de trabalho socioambientais com metodologias, escopos, produtos, responsabilidades e cronogramas

específicos, a ser gerenciados ao longo da etapa de implantação da Usina Hidrelétrica Sinop, bem como durante sua operação. A Secretaria de Estado e Meio Ambiente (SEMA) concedeu a Licença de Instalação definitiva, válida até 5 de junho de 2022, e a Companhia encontra-se em dia com todas suas obrigações assumidas no PBA.

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria nº 334, de 20 de novembro de 2014, e Ato Declaratório Executivo nº 5, de 28 de janeiro de 2015, da RFB. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Em relação ao prazo de execução da UHE, a Companhia enfrentou, desde o início da construção, diversos entraves na execução das obras de implantação da UHE Sinop, sendo eles:

- (a) Entraves ambientais/judiciais, tais como:
 - (a.1) Suspensão da Licença de Instalação da Usina.
 - (a.2) Suspensão da autorização de imissão provisória de posse da área necessária ao canteiro de obras.
 - (a.3) Deslizamento de talude da margem direita da casa de força.
 - (a.4) Embargo de execução da lavra de arenito.
 - (a.5) Atrasos do órgão ambiental na emissão das autorizações de supressão vegetal.
- (b) Entrave de acesso ao Sistema Integrado Nacional (SIN).
- (c) Entrave financeiro - Atraso de cerca de oito meses na finalização e na liberação do financiamento obtido com o BNDES.

Em razão dos fatores citados acima, o cronograma para o início da geração de energia foi alterado do mês de maio de 2018 para o dia 31 de dezembro de 2018. Diante dessa meta, a Companhia tem tomado ações relevantes para mitigar potenciais fontes de atraso ao início da geração de energia. Neste intuito, em 27 de junho de 2017, a Companhia celebrou o Contrato de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre limitado a 215.800 MW médios referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018. Na avaliação da Administração e apoiada em avaliação dos assessores jurídicos externos da Companhia, não há obrigação contratual a ser registrada nas demonstrações financeiras intermediárias em razão do referido atraso. Este assunto permanecerá objeto de monitoramento contínuo pela Administração.

Em 22 de junho de 2017, a CVM concedeu o Registro de Emissor - Categoria "B" através do Ofício RIC nº 11/2017/CVM/SEP.

Em 6 de março de 2017, a Companhia protocolou (Chancela nº 000124) na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) o requerimento de solicitação de concessão de benefício da redução de 75% do IRPJ a partir da efetiva operação do empreendimento.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e na apresentação destas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas a seguir.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais.

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e das amortizações sobre o ativo intangível (Notas Explicativas nºs 8 e 9), o valor presente do gasto com o Uso do Bem Público (UBP) registrado no ativo e no passivo da Companhia (Nota Explicativa nº 9) e das provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 14). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou da sua liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração.

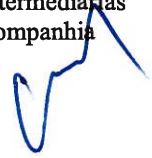
A autorização para emissão destas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foi efetuada pela Diretoria em 30 de outubro de 2017.

2.2 Moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2017	31/12/2016
Fundo fixo de caixa	3	3
Banco do Brasil	2.753	23.474
Banco Itaú	8.757	2.071
Banco Bradesco	62	64
Banco BNP Paribas	2	-
	<u>11.577</u>	<u>25.612</u>

4 Aplicações financeiras

	30/09/2017	31/12/2016
Banco do Brasil - Compromissada	217.244	239.623
Banco Bradesco - Fundos	20.659	-
	<u>237.903</u>	<u>239.623</u>

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB (96% e 99% do CDI) do Banco do Brasil. As aplicações no Bradesco estão em fundo de investimento, e esses recursos são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.

5 Adiantamentos

	30/09/2017	31/12/2016
Adiantamentos a funcionários	120	126
Outros	151	106
	<u>271</u>	<u>232</u>

6 Tributos e contribuições a recuperar

	30/09/2017	31/12/2016
ICMS antecipado (a)	611	952
PIS a recuperar (b)	873	485
COFINS a recuperar (b)	3.834	2.178
ISS a recuperar	66	66
IRRF sobre aplicações financeiras	3.717	1.200
Imposto de renda a recuperar	18	-
	<u>9.119</u>	<u>4.881</u>

- (a) A Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (SEFAZ-MT) lança em conta-corrente de ICMS e cobra de forma antecipada todos os valores relativos à emissão das notas fiscais eletrônicas, por estar a Companhia enquadrada no regime de recolhimento do ICMS por Estimativa Simplificada e Diferencial de Alíquota antecipada. A Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso (SEFAZ-MT) concedeu o benefício de redução na base de cálculo conforme deferimento do processo nº 5294015/2017 de 29/06/2017, reduzindo a carga tributária final de 10% (dez por cento) para 6% (seis por cento) nas aquisições interestaduais de materiais.
- (b) A Companhia credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente, faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada.

7 Ativo fiscal diferido

		30/09/2017	31/12/2016
Imposto de renda	25%	6.191	4.732
Contribuição social	9%	2.235	1.704
Total		8.426	6.436

Com base na expectativa de lucros tributários futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa, conforme a seguir:

		30/09/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	Alíquota	(5.907)	(10.811)
Adições		515	90
Imposto de renda	25%	1.266	2.704
Contribuição social	9%	434	965
Total		1.700	3.669

A estimativa de recuperação é revisada anualmente por ocasião do encerramento do exercício.

8 Imobilizado

		Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldos em 30/09/2017
Geração							
Em curso							
Terrenos		39.216	202.511	-	-	-	241.727
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		902.841	181.779	-	-	75.196	1.159.816
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear		46.341	59.759	-	-	15.277	121.377
Máquinas e equipamentos a ratear		144.967	39.181	-	-	78.967	263.115
Estudos de projetos a ratear	(a)	23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(b)	112.563	59.456	-	-	(136.692)	35.327
		1.269.502	542.686	-	-	32.748	1.844.936
Terrenos a pagar	(c)	-	20.904	-	-	-	20.904
Medições	(c)	33.659	46.827	-	-	(32.656)	47.830
Adiantamentos a fornecedores	(d)	92	-	-	-	(92)	-
Juros capitalizados	(e)	95.188	49.363	(17.773)	-	-	126.778
Total geração		1.398.441	659.780	(17.773)	-	-	2.040.448
Administração							
Em serviço		863	235	-	-	-	1.098
Depreciação acumulada		(346)	-	-	(142)	-	(488)
Total Administração		517	235	-	(142)	-	610
Total imobilizado		1.398.958	660.015	(17.773)	(142)	-	2.041.058

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- a. Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.
- b. Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- c. As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- d. Referem-se, substancialmente, aos custos iniciais incorridos antes da fase de construção da UHE Sinop já pagos aos fornecedores.
- e. Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os empréstimos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop.

Em 30 de setembro de 2017, o montante total de adições de imobilizado que não envolveram caixa foi de R\$ 108.524 (R\$ 50.187 em 2016).

Conforme orientações do CPC 01 - R1 (IAS 36), a Companhia, em decorrência dos atrasos nas obras, identificou a necessidade de testar o valor recuperável do ativo imobilizado em 2016. A Companhia efetuará novo teste em dezembro de 2017, conforme requerido pelo CPC 01 (R1).

A taxa média anual de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2016 no referido fluxo de caixa projetado foi de 8,03% e leva em consideração o período da concessão.

9 Intangível

	Saldos em 31/12/2016	Adições (+)	Baixas (-)	Amortização (-)	Saldos em 30/09/2017
Geração					
Em curso - UBP (a)	21.191	3.741	-	-	24.932
Total - Geração	21.191	3.741	-	-	24.932
Administração Central					
Em serviço (b)	990	91	(228)	-	853
Amortização acumulada	(481)	228	-	(168)	(421)
Total - Administração	509	319	(228)	(168)	432
Total	21.700	4.060	(228)	(168)	25.364

- (a) Geração - Em curso - UBP
Como pagamento pelo UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.500. O início da amortização e a primeira parcela serão pagos a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão.

O pagamento será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação foi registrada no passivo não circulante em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 11,3% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo estão sendo capitalizados ao ativo intangível. A amortização da UBP iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada de forma linear conforme o prazo da concessão.

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia efetuou o ajuste de R\$ 3.473 no cálculo da UBP devido a variação da TIR, que era de 8,57% e passou a ser 7,03%, reduzindo a taxa de desconto anual.

- (b) Administração - Em serviço
Saldo referente ao registro no intangível de *software*.

10 Fornecedores

	30/09/2017	31/12/2016
Fornecedores de serviços e materiais (a)	76.571	43.086
Combustíveis	670	-
Fundiário (b)	28.691	1.579
Contas a pagar	307	238
Seguros a pagar	-	4.136
	106.239	49.039

- (a) Refere-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras e serviços prestados pelas empresas contratadas para as atividades da supressão vegetal.
- (b) Refere-se aquisição de imóveis negociadas com os títulos já registrados em cartório.

11 Tributos e contribuições a recolher

	30/09/2017	31/12/2016
FGTS a recolher	86	102
INSS a recolher (a)	1.132	349
IR - Outros	10	6
IR sobre salários	182	277
IR sobre serviços PJ	282	150
ISSQN a recolher (b)	1.539	6.186
PIS/COFINS e CSLL a recolher	252	210
ICMS diferencial de alíquota	173	-
	3.656	7.280

- (a) Refere-se, substancialmente, ao INSS decorrente de serviços prestados pelas empresas contratadas para as atividades da supressão vegetal.
- (b) Refere-se, substancialmente, a ISSQN decorrente de serviços prestados pela Construtora Triunfo S.A. relacionados a medição mensal.

12 Obrigações trabalhistas

	30/09/2017	31/12/2016
Provisão de férias	1.319	1.229
Encargos sobre provisão de férias	558	454
Provisão de 13º salário	724	-
Encargos sobre provisão de 13º salário	257	-
	<u>2.858</u>	<u>1.683</u>

13 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um crédito de R\$ 1,046 bilhão destinados à implantação da Usina Hidrelétrica Sinop (UHE Sinop) e programas de investimentos sociais, objeto do contrato de concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento está atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras intermediárias. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota Explicativa nº 8).

Composição do financiamento em 30 de setembro de 2017:

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Curto Prazo:					
Subcrédito A		19.272	-	(1.079)	18.193
Atualização	2,88% a.a.+ TJLP	-	1.799	-	1.799
		<u>19.272</u>	<u>1.799</u>	<u>(1.079)</u>	<u>19.992</u>
Longo Prazo:					
Subcrédito A		751.588		(16.765)	734.824
Atualização	2,88% a.a.+ TJLP	-	70.160	-	70.160
		<u>751.588</u>	<u>70.160</u>	<u>(16.765)</u>	<u>804.984</u>
Total do financiamento		<u>770.860</u>	<u>71.959</u>	<u>(17.844)</u>	<u>824.976</u>

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de setembro de 2017

Movimentação do financiamento em 30 de setembro de 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 30/09/2017
Curto Prazo:							
Subcrédito A	-	-	-	18.193	-	-	18.193
Atualização	-	-	-	1.799	-	-	1.799
	-	-	-	19.992	-	-	19.992
Longo Prazo:							
Subcrédito A	724.170	46.690	-	(18.193)	-	(17.844)	734.823
Atualização	15.979	-	-	(1.799)	55.981	-	70.161
	740.149	46.690	-	(19.992)	55.981	(17.844)	804.984
Total do financiamento	740.149	46.690	-	-	55.981	(17.844)	824.976

Composição do custo incremental

Saldo em 31/12/2016	Adição	Apropriação	Saldo em 30/09/2017
17.773	876	805	17.844

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado

Apropriação do custo incremental	805
Encargos totais da dívida	55.981
Rendimento da aplicação financeira	(7.423)
	49.363

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2016:

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Total
Subcrédito A		706.397	17.773	724.170
Atualização	2,88% a.a. + TJLP	-	15.979	15.979
Total do financiamento		706.397	33.752	740.149

O contrato de financiamento com o BNDES é dividido em quatro subcréditos. As parcelas serão amortizadas em 240 prestações: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
C	28.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas
Total	1.046.000		

O restante dos subcréditos está previsto para as datas abaixo em função das necessidades para realização do projeto.

Período	Subcréditos				Total
	A	B	C	D	
Dez/17	50.000	-	-	-	50.000
Mar/18	121.445	-	-	-	121.445
Jun/18	27.695	15.305	-	-	43.000
Set/18	-	17.149	-	-	17.149
Dez/18	-	4.294	-	-	4.294
Mar/19	-	6.252	28.000	5.000	39.952
Total	199.140	43.000	28.000	5.000	275.140

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2018	20.626
2019	41.249
2020	41.249
2021	41.249
2022	41.249
2023	41.249
2024	41.249
Após 2024	556.856
	824.976

Como garantia da operação, a Companhia cederá, conforme contrato de cessão fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, incluindo, ainda, outras garantias.

O contrato possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% (vinte por cento) e manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) a partir da Geração de Caixa da Atividade de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), que deverá ser calculada com base nas demonstrações financeiras auditadas.

O contrato possui, ainda, outras cláusulas de *covenants*, e a Administração da Companhia declara que os *covenants* estão sendo cumpridos sem exceção na data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

14 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, consequentemente, não há provisionamento de valores em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 30 de setembro de 2017, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 7,17 milhões (R\$ 1,676 milhões em 2016), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária) e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Nesse sentido, os valores envolvidos dependerão das apurações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, e deverão ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

Abaixo, estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade “possível”:

	31/12/2016	Adições	Pagamentos/ baixas	30/09/2017
Trabalhistas (a)	466	1.025	-	1.491
Cíveis e outras (b)	1.210	4.469	-	5.679
Total	1.676	5.494	-	7.170

a. Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como possível de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos arts. 467 e 477 da CLT.

b. Cíveis e outras

A contingência cível classificada como possível de maior relevância para a Companhia refere-se à ação civil pública na qual o MPF alega irregularidade no Processo de Licenciamento da Usina Hidrelétrica Sinop e assevera que seriam nulas as Licenças de Instalação expedidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT, uma vez que teriam sido emitidas sem que as condicionantes da Licença Prévia nº 301901/2012 fossem cumpridas.

Embora concedida a liminar na ação para suspender o licenciamento ambiental da UHE Sinop, tal decisão foi suspensa por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em sede de Agravo de Instrumento, bem como em sede de Suspensão de Liminar. É importante ressaltar que a Suspensão de Liminar possui eficácia até o trânsito em julgado da decisão de mérito do caso.

No dia 11 de julho de 2017, a Companhia foi notificada através do Auto de Infração nº 0044/2017-SFG da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) lavrado em 3 de julho de 2017 referente ao Processo de fiscalização nº 48500.001872/2014-94. Este auto decorre do atraso do cronograma das obras, citado na nota explicativa nº 1 e o valor da multa é de R\$ 2.086.400,74 (dois milhões, oitenta e seis mil e quatrocentos reais e setenta e quatro centavos), está classificada pela assessoria jurídica como “Possível”.

15 Capital social

Em 30 de setembro de 2017, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1,39 bilhão (R\$ 565 milhões, em 2016), que compreende 1.390.200.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 1.457.144.937 (R\$ 1.050.185.348, em 2016), até o limite de 1.457.144.937 ações ordinárias.

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de setembro de 2017

A estrutura societária da Companhia está assim representada:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	340.599	357.000	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	340.599	357.000	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	709.002	743.145	51,0%
	1.390.200	1.457.145	100,0%

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha em seus registros contábeis o saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) o valor de R\$ 328 milhões, conforme informações a seguir:

Acionistas	AFAC	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	80.360	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	80.360	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	167.280	51,0%
	328.000	100,0%

Em 30 de janeiro de 2017, foram integralizados em capital o saldo da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 328 milhões e R\$ 80 milhões em moeda corrente.

Em 6 de abril de 2017, foram integralizados na conta de Capital Social da Companhia R\$ 50 milhões em moeda corrente, por meio da ata de aprovação do Conselho de Administração.

Em 23 de maio de 2017, foram integralizados na conta de Capital Social da Companhia R\$ 100 milhões em moeda corrente, por meio da ata de aprovação do Conselho de Administração.

Em 21 de julho de 2017, foram integralizados na conta de Capital Social da Companhia R\$ 70 milhões em moeda corrente, por meio da ata de aprovação do Conselho de Administração.

Em 21 de agosto de 2017, foram integralizados na conta de Capital Social da Companhia R\$ 130 milhões em moeda corrente, por meio da ata de aprovação do Conselho de Administração.

Em 21 de setembro de 2017, foram integralizados na conta de Capital Social da Companhia R\$ 67,2 milhões em moeda corrente, por meio da ata de aprovação do Conselho de Administração.

a. Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(783)	(1.448)	(4.223)	(4.626)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	1.301.133	565.000	1.115.711	458.132
Resultado por ação (básico) - Em Reais	(0,00060)	(0,00256)	(0,00379)	(0,01010)
Resultado por ação (diluído) - Em Reais	(0,00060)	(0,00256)	(0,00379)	(0,01010)

Em 30 de setembro de 2017 e 2016, o prejuízo por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que o efeito dos instrumentos que representam ações ordinárias potenciais emitidos nos exercícios de 2017 e 2016 (AFACs) seria antidiluidor por reduzir o prejuízo por ação.

16 Pessoal, encargos e benefícios

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Remuneração de empregados	(1.284)	(919)	(3.636)	(2.766)
Encargos trabalhistas	(412)	(363)	(1.183)	(1.042)
Benefícios a empregados	(261)	(278)	(880)	(833)
	<u>(1.957)</u>	<u>(1.560)</u>	<u>(5.699)</u>	<u>(4.641)</u>

17 Serviços de terceiros

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(1.086)	(226)	(2.284)	(673)
Telefone, internet, água e energia elétrica	(70)	(77)	(186)	(195)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(136)	(127)	(421)	(425)
Monitoramento e vigilância	(39)	(25)	(263)	(164)
Transportes	(10)	(8)	(32)	(17)
Outros	(74)	(81)	(239)	(219)
	<u>(1.415)</u>	<u>(544)</u>	<u>(3.425)</u>	<u>(1.693)</u>

18 Resultado financeiro

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	2.624	882	5.460	1.453
Provisão não realizada (a)	377	-	377	-
Descontos obtidos	6	-	11	112
Variações monetárias	-	29	13	-
Subtotal	3.007	911	5.861	1.565
Despesas financeiras				
IOF	(113)	(296)	(336)	(354)
Juros e multas	-	(123)	(16)	(192)
Outras despesas financeiras	(1)	(2)	(2)	(4)
Subtotal	(114)	(421)	(354)	(550)
	2.893	490	5.507	1.015

Durante o ano de 2017, a Companhia manteve saldos em contas de aplicações financeiras referente aos aportes do BNDES e à integralização de capital social, em dinheiro, pelos acionistas. Em 2017, a maior parte dos saldos mantidos em contas de aplicações financeiras foi proveniente dos aportes dos acionistas.

Os rendimentos provenientes dos aportes do BNDES foram deduzidos dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas foram executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27.

Em 30 de setembro de 2017 e 2016, os valores pagos de IOF pela Companhia originaram-se dos saldos das aplicações financeiras que permaneceram por menos de 30 dias aplicados.

- (a) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia provisionou R\$ 377, referentes a IOF sobre as aplicações financeiras, no entanto o saldo permaneceu aplicado por mais de 30 dias, revertendo o total da provisão em 2017.

19 Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía como partes relacionadas os seguintes entes:

- Controladores
- Administradores.

Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense (UTENF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletroforte; e a EDFI Electricité de France Internacional (EDF) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) são controladoras finais.

Controladores

Empresas	Natureza da operação	30/09/2017		31/12/2016	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
UTNF	AFAC	-	-	-	167.280
	Serviços a pagar	-	48	-	-
		-	48	-	167.280
CHESF	AFAC	-	-	-	80.360
		-	-	-	-
		-	-	-	80.360
ELETRONORTE	AFAC	-	-	-	80.360
		-	-	-	-
		-	-	-	80.360

Remuneração da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como sua distribuição.

A Companhia aplica somente a política de remuneração fixa a seus administradores.

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Remuneração (a)	(470)	(225)	(1.275)	(829)
Encargos trabalhistas e sociais (b)	(212)	(155)	(674)	(591)
Benefício (c)	(81)	(102)	(353)	(321)
Conselho Fiscal	(33)	(32)	(109)	(92)
	<u>(796)</u>	<u>(514)</u>	<u>(2.411)</u>	<u>(1.833)</u>

- (a) Composta por ordenados e salários.
 (b) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
 (c) Composto por benefícios concedidos, tais como assistência médica, seguro de vida, ajuda de custos, entre outros.

20 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", "Adiantamento a fornecedores", "Fornecedores" e demais passivos financeiros. Seus valores contábeis encontram-se próximos aos respectivos valores justos na data-base das informações financeiras.

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Risco de crédito

Por estar em período pré-operacional, a Companhia não depende dos recebíveis de sua carteira de clientes nesse momento. Contudo, está exposta a riscos de crédito associados à sua carteira de numerários mantidos com instituições financeiras.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil e no Bradesco.

A Companhia possui aplicações CDB-DI e fundos de investimentos de renda fixa de baixo risco no Bradesco e não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate. A carteira dos Fundos de aplicação do Bradesco está composta da seguinte forma: 13,86% em títulos públicos (LFT), 41,47% em títulos privados (letra financeira, debêntures, DPGE, CDB e nota promissória) e 40,17% outros (compromissada, cotas e outros).

Não é identificado no momento nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Notas Explicativas nºs 3 e 4).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 89% de seus compromissos contratuais representados pelo financiamento com o BNDES estão atrelados ao índice da TJLP e 100% de seus contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES com as seguintes condições: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a. As condições desse financiamento estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES está evidenciado na Nota Explicativa nº 13.

A Companhia está em fase pré-operacional (em construção), e, dentro do plano de negócios que prevê todo o período futuro de concessão da Companhia, a Administração prevê que sua rentabilidade futura será suficiente para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados e honrar todos os compromissos assumidos. A Companhia vem despendendo de quantias significativas em custos de construção, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Sinop. A Administração da Companhia, por meio de seus acionistas, avalia as alternativas de financiamento, de curto ou longo prazos, incluindo a possibilidade de aporte complementar de recursos financeiros dos acionistas controladores.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

Os CPCs 38, 39 e 40 (R1) dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com as instituições financeiras na data-base de 30 de setembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data-base utilizada para os financiamentos foi 30 de setembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

ATIVOS

Risco na depreciação da taxa de juros

	Saldo em 30/09/2017	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	217.244		231.669	228.063	224.456
Receita financeira projetada anual			14.425	10.819	7.212
Taxa sujeita à variação		Redução do CDI	6,6%	5,0%	3,3%
Variação - R\$				(3.606)	(7.212)
	Saldo em 30/09/2017	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	20.659		23.140	22.520	21.900
Receita financeira projetada anual		Carteira de fundos	2.481	1.861	1.241
Taxa sujeita à variação			12%	9%	6%
Variação - R\$				(620)	(1.241)

PASSIVOS

Risco na apreciação da taxa de juros

	Saldo em 30/09/2017	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	824.976		883.549	898.193	912.936
Despesa financeira projetada			58.373	73.217	87.860
Taxa de juros		Aumento	7,1%	8,9%	10,7%
Variação - R\$		da TJLP		14.643	29.287

Risco na depreciação da taxa de juros

	Saldo em 30/09/2017	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	824.976		882.724	868.287	853.850
Despesa financeira projetada			57.748	43.311	28.874
Variação - R\$		Queda da TJLP	7,0%	5,3% (14.437)	3,5% (28.874)
Premissas					
TJLP - Passivos	a.		7,1%		
Carteira de Fundos Bradesco	a.		12,01%		
CDI - Ativos	a.		6,64%		

21 Cobertura de seguros

Como condição para a participação no Leilão nº 006/2013-ANEEL (A5), a Companhia foi requerida a contratar Seguro-Garantia em favor da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A apólice contratada, perante a J. Malucelli Seguradora, visa a garantir a execução das obras de implantação do empreendimento UHE Sinop com potência instalada mínima de 400 MW, em conformidade com o Contrato de Concessão. O seguro contratado possui Limite máximo de garantia (LMG) de R\$ 88.871.

Além da apólice de seguro mencionado acima, a Companhia possui seguro do tipo D&O para os gestores da Companhia, cujas condições constam como a seguir:

Seguradora: LIBERTY SEGUROS S.A.
Apólice nº 10-93-001.737
Vigência: até 09/04/2018
Limite máximo de garantia (LMG) R\$ 30.000.000,00

22 Compromissos

Até 30 de setembro de 2017, a Companhia possui o montante de R\$ 318.337 de compromissos assumidos, que se referem, basicamente, à contratação de fornecedores de materiais, gastos para compensar o impacto ambiental e serviços para construção e implantação da UHE Sinop, que prevê realizar-se conforme cronograma do empreendimento.

Fornecedor	Valores em 30/09/2017
CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.	120.555
CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA.	69.769
VITISA CONSTRUTORA E INCORPORADORA	22.643
FX MINAS CONST. E EMPREENDIMENTOS L	20.476
N.R. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO L	14.766
GAPO COMERCIO DE SUPRESSÃO VEGETAL	9.062
BIOTA PROJETOS E CONSULTORIA AMBIEN	7.976
DESTAQUE TERRAPLENAGEM LTDA. - EPP	6.273
FOREST SERVIÇOS LTDA.	6.061
GEOTEC CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.	5.716
CARTA CARTOGRAFIA E AGRIMENSURA LTD	5.605
PENHA CONSTRUTORA LTDA.	4.452
HIDRO CAMPOS POÇOS ARTESIANOS LTDA.	4.356
NESTOR CARLOS DOS SANTOS CONSTRUOEC	4.086
PISOFORTE CONSTRUTORA LTDA.	1.920
R. MARTINS JUNIOR LOCAÇÃO EIRELI -	1.353
ARCADIS LOGOS S.A.	1.280
ROCHA CONSULTORIA E PROJETOS DE ENG	1.236
GEOGIS GEOTECNOLOGIA LTDA.	1.235
OUTROS	9.517
Total	318.337

Adicionalmente, informamos os volumes de energia futura contratados para a Companhia, conforme a seguir:

Contrato	ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal)	2018	2019	2020	2021	2022
Total	215,80	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60
Preço de venda contratado		109,40	109,40	109,40	109,40	109,40

Contrato	ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal)	2023	2024	2025	2026	2027
Total	215,80	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60
Preço de venda contratado		109,40	109,40	109,40	109,40	109,40

Contrato	ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal)	2028	2029	2030	2031	2032
Total	215,80	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60
Preço de venda contratado		109,40	109,40	109,40	109,40	109,40

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de setembro de 2017

Contrato	ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal)	2033	2034	2035	2036	2037
Total	215,80	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60
Preço de venda contratado		109,40	109,40	109,40	109,40	109,40

Contrato	ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal)	2038	2039	2040	2041	2042
Total	215,80	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60
Preço de venda contratado		109,40	109,40	109,40	109,40	109,40

Contrato	ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal)	2043	2044	2045	2046	2047
Total	215,80	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60
Preço de venda contratado		109,40	109,40	109,40	109,40	109,40

* * *

Mauro de Almeida Santos
Diretor-administrativo-financeiro e
Diretor de relações com investidores

Gustavo Reis Lobo de Vasconcelos
Diretor de engenharia e obras civis

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor de meio ambiente

Alessandra Camilo da Silva
Contador
CRCMT 005078-0/9